

## A TEORIA E A "PRÁXIS" DAS TRÊS IDADES DOCUMENTAIS NA REALIDADE DAS MASSAS DOCUMENTAIS ACUMULADAS NOS ARQUIVOS BRASILEIROS.

Kleane Pâmela Pereira dos Santos<sup>1</sup>  
kleany\_ps@hotmail.com  
Rodrigo Fortes de Ávila<sup>2</sup>  
rodfortes@gmail.com

**RESUMO:** O presente trabalho surge da necessidade de explanação acerca dos problemas de funcionalidade de aplicação do ciclo vital dos documentos no contexto dos arquivos institucionais brasileiros. Inicialmente, pretendemos apontar o contexto histórico da teoria das três idades e seus desdobramentos conceituais. Por conseguinte, indicaremos a cisão ocorrida entre os profissionais que atuam nas distintas fases documentais, o que se evidencia por meio das nomenclaturas diferenciadas empregadas na arquivística norte-americana, “*records management*”, para os profissionais do arquivo corrente, e “*archivist*” para os de arquivos permanentes, como decorrência da aplicabilidade do conceito de Gestão de Documentos (GD) nos Estado Unidos da América (EUA), após a Segunda Guerra Mundial. Partindo desse pressuposto, pretendemos apontar as problemáticas envolvidas na aplicabilidade dessa linearidade de formação dos arquivos organizacionais em três fases documentais distintas, perpassando a ideia de que o histórico da realidade dos arquivos brasileiros é o de massa documental acumulada (MDA). Por último, apresentaremos uma discussão acerca do significado da noção da Arquivística pós-custodial, como uma nova perspectiva de mediação entre os usuários e os serviços arquivísticos, bem como uma tentativa de reconhecimento da necessidade de integração das três idades documentais, em decorrência da intensificação do uso das Tecnologias da Informação (TIS) na realidade dos serviços de arquivo.

**PALAVRAS-CHAVES:** Teoria das três idades; Gestão de documentos; Arquivística pós-custodial.

<sup>1</sup> Graduanda em Arquivologia na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

<sup>2</sup> Integrante do corpo docente da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Mestre em Ciência da Informação na Universidade de Brasília (UnB) em 2011.

## 1. Introdução

Atualmente estamos na chamada Sociedade da Informação, com efeito, o elemento “informação” tem sido muito valorizado, principalmente no mercado onde os que detêm estes ativos com antecedência podem obter vantagens competitivas diante da concorrência.

Como consequência das constantes transformações impulsionadas pelas TIS, as informações passaram a ser produzidas em quantidades vertiginosas, em *bits* acumulados nos repositórios institucionais. Tal fato tem gerado um acúmulo incalculável de informações nas redes, e conseqüentemente na produção de documentos convencionais, posto que com o surgimento dessas tecnologias imaginou-se, uma pretensa ilusão, que teríamos uma diminuição da produção documental. No entanto, a nossa realidade, principalmente latino-americana comprova exatamente o contrário.

Vivemos em um tempo onde a tecnologia está em constante aperfeiçoamento, o que tem gerado a constante produção de novos hardwares e softwares. Atualmente, os aparatos tecnológicos também têm sido cada vez mais barateados, tornando possível o acesso às mais variadas classes sociais e às instituições produtores e detentores de informações. Nesse sentido, em consequência das constantes renovações dos softwares, tem ocorrido uma constante mudança nos formatos dos documentos digitais, isso torna clara a importância do arquivista no processo de constante migração, para que as informações não sejam perdidas, além do cuidado para que os arquivos não sejam corrompidos.

Diante dessa realidade, os profissionais precisam se adaptar a essas mudanças, habilitando-se para utilizar softwares que estão sendo lançados em sua área de conhecimento. Com os arquivistas não é diferente, a Arquivologia está passando por uma transformação em seu foco de estudo da arquivística custodial para a pós-custodial<sup>3</sup>, justamente devido a essas influências da TIS em seus serviços e funções.

Essa transição se torna complexa quando aplicada à realidade brasileira. Na verdade, em países de desenvolvimento, tais como os que compõem a América Latina, a modernidade dos novos vislumbres teóricos, oriundos de um contexto gerador diferenciado, diga-se de passagem, os teóricos europeus, acaba por conviver nos arcabouços conceituais predecessores. Em outras

---

<sup>3</sup> A Arquivística pós-custodial advém de uma discussão acerca do impacto das tecnologias de informação nos serviços de arquivo. Esta corrente de pensamento evidencia o fluxo da informação, em detrimento do estoque, a acesso à informação, em contrapartida à custódia, o “não-lugar”, ao invés de um lugar específico para se custodiar arquivos. Mais especificidades em Theo Thomassen (1999), Terry Cook (2000), Malheiro e Ribeiro (2011), dentre outros.

palavras, a discussão acerca da arquivística pós-custodial acaba por ter interseções práticas fundadas em parâmetros contextuais prévios, a própria arquivística custodial. Por isso, uma discussão não encerra a observação do outro conceito, pelo contrário, evidencia a importância de se estabelecer diferenciações bem delimitadas. Com isso, passamos a nos questionar: como é possível perpassamos a transição da arquivística custodial para a pós-custodial numa realidade de MDA (massa documental acumulada), ou sem as delimitações das três idades dos arquivos bem definidas? Afinal, os sistemas informacionais de arquivos, como também os seus *sites*, devem ser um reflexo dos acervos documentais custodiados pelas instituições contemporâneas.

Sendo assim, alguns questionamentos perpassam as dificuldades impostas aos profissionais de arquivo nessa realidade contextual específica: como utilizar um sistema de arquivo, se nem mesmo a documentação física está organizada? Como disponibilizar um acervo em um site para acesso, se nem mesmo há instrumentos de pesquisa ou instrumentos de gestão que possibilitem a recuperação da informação? Esta é a realidade intrigante da maioria dos arquivos brasileiros, que convivem com dois paradigmas conflitantes; um reverenciado pelos pressupostos ilusionistas do progresso tecnológico imediatista, face a outro que tenta resguardar uma preocupação com o futuro contexto das informações para fins de pesquisa.

As leituras teórico-conceituais da área, por sua vez, nos salientam a importância do profissional buscar o “estado da arte” como citam Fonseca e Jardim (2004), isso significa que o arquivista precisa aprimorar não simplesmente o fazer arquivístico, como também compreender os conceitos e contribuir para o aprimoramento em sua aplicabilidade.

Assim, serão apresentadas algumas das teorias arquivísticas representantes dos paradigmas essenciais deste campo do saber. Diante disso, discutiremos a questão da aplicabilidade dessas teorias à realidade brasileira de MDA. Por sua vez, também debateremos a funcionalidade de tais conceitos no contexto de produção dos documentos digitais, devido à utilização crescente das TIS nos serviços de arquivo.

## **2. Contextos históricos das teorias arquivísticas**

### **2.1 A gestão documental e a teoria das três idades**

De uma maneira geral, a criação dos Estados Nacionais europeus demarca a formação dos próprios arquivos nacionais, tendo a França como marco representativo por intermédio da Revolução Francesa, no ano de 1789. Este marco representativo institucional traz consigo a

importância dos documentos, já que esse arquivo tinha a finalidade de preservar os documentos que garantiriam os direitos públicos. No entanto, só após a Segunda Guerra Mundial, com a produção desenfreada dos documentos, é que a importância dos arquivos passa a ser observada sob outra vertente, enfatizando as informações de tónica administrativa, e, a partir de então, consegue-se intensificar o conceito de gestão documental (MORENO, 2008).

Para Moreno (2008, p. 75), em 1940 surge o profissional nomeado “*records manager*” ou gestor de documentos. Esse termo passou a ser bastante utilizado nas empresas privadas, e assim ocorre a divisão dos profissionais que cuidariam dos documentos nas fases corrente e intermediária e os que atuariam na fase permanente. Esta divisão, conseqüentemente, traria problemas terminológicos e conceituais aos serviços de arquivo, posto que essa divisão do profissional não se consolida na América Latina, como ocorreu no contexto americano.

Esse é um problema terminológico, que também pode ser detectado quanto à classificação, sendo assim, quando se refere ao arquivo corrente o termo utilizado é “classificação”, quando se refere ao arquivo permanente à terminologia utilizada é “arranjo”. Em suma, essas confusões terminológicas tornam ainda mais marcantes os problemas referentes a essa divisão dos profissionais de arquivo.

No caso do Brasil, essa variação terminológica quanto ao termo classificação ser utilizado no corrente ou no permanente ocorre, mesmo não havendo a divisão mencionada quando a profissão. Como isso, Sousa (2008), afirma “observou-se [...] a distinção feita na literatura e no pensamento arquivístico nos arquivos correntes e permanentes”. Assim, ao seguir a linha de raciocínio da quebra conceitual apresentada, os arquivistas passam a realizar a tarefa de criar uma classificação duas vezes sobre o mesmo acervo? Não seria isso uma ambigüidade ou um retrabalho?

Quanto a esse problema terminológico, Sousa (2008), dá sua opinião explicando que:

a confusão terminológica entre os dois termos (arranjo e classificação) não parece salutar ao desenvolvimento da Arquivologia, pois expõe uma quebra entre arquivos correntes e permanentes, que no nosso entendimento não existe. Trata-se apenas de fases de um mesmo processo.

Em 1942, dois anos após ter começado a se difundir a ideia dos “*records manager*”, ou seja, durante a Segunda Guerra Mundial houve uma explosão da produção documental, o que acabou por intensificar a quebra conceitual especificada foi a falta de pessoal capacitado para organizar os conjuntos documentais.

O conceito de gestão documental, por sua vez, segundo Moreno (2008), foi formulado a partir da Teoria das Três Idades, por volta de 1950, em consequência das grandes massas documentais que foram produzidas com frequência pela administração pública do Canadá e EUA. Se por um lado as teorias foram aceitas com facilidade, por outro havia uma diferenciação quando a aplicabilidade.

Essa ruptura, mencionada anteriormente, dos profissionais de arquivo nasceu nos países anglo-saxões. No entanto, nos países da América Latina, segundo Rondinelli (2005):

o conceito de ciclo vital não foi entendido de maneira estanque, ou seja, as fases corrente, intermediária e permanente, pelas quais o documento arquivístico passa, não foram vistas como excludentes uma da outra e, conseqüentemente, não houve o surgimento de uma nova categoria profissional.

A partir desse percurso histórico, percebe-se que as teorias estão ancoradas uma nas outras, ou seja, uma nasce a partir da lógica teórica das predecessoras. John Ridener (2009) nos chama atenção ao fato de que os paradigmas teóricos da arquivística têm sido geralmente aceitos por intermédio de uma mudança cumulativa e não sucessiva. Tal situação acaba por negligenciar a importância de reflexões críticas nos contextos sociais e históricos dos desenvolvimentos teóricos.

## 2.2 A questão dos valores documentais

Segundo a abordagem Schellenberguiana, os arquivos podem possuir documentação de dois valores: o primário, que se define como sendo a qualidade de um documento baseado nas utilizações imediatas e administrativas; e o secundário, que possui características de “utilizações não imediatas ou científicas”, ou seja, o tom informativo e probatório (ROUSSEAU e COUTURE, 1998, p. 117).

Discutindo a questão da definição dos valores, a autora Menne-haritz salienta que os valores documentais não são subjetivos como nos os apreendemos de Schellenberg, pelo contrário, são objetivos, os arquivistas que não compreenderam a lógica de pensamento do autor. Desse modo, Menne-haritz, (2005) a firma que:

Nem os arquivistas nem as ciências da administração têm ainda um conceito de valores primários. Schellenberg oferece no lugar de um conceito de valores secundários, que pode orientar decisões de avaliação para fins de custódia

arquivística. Aqui ele faz sua bem conhecida, mas frequentemente mal compreendida distinção entre valores probatórios e informativos.

Como é possível perceber, a teoria dos valores se respalda na teoria das três idades, isso fica evidente pela estrutura lógica onde o valor primário está ligado ao uso administrativo e o secundário a fins de pesquisa.

Os valores documentais são utilizados durante o processo de seleção e avaliação, onde o arquivista agrega os valores aos documentos para que estes possam ser selecionados. O processo de avaliação, no sentido original, significa analisar e estimar um valor, que não pode ser atribuído arbitrariamente a alguma coisa (Menne-haritz, 2005). Esse processo deve ser feito com muito cuidado, pois se for designado um valor equivocado para um dado documento, ele poderá ser eliminado por engano.

Para tanto Schellenberg (2006, p. 131), salienta que:

Essa exatidão dependerá, em grande parte, da maneira pela qual os documentos são analisados antes de serem tomadas as determinações. Em todos os casos o problema básico é o do valor. A transferência para um depósito temporário presume valor para um futuro uso administrativo, legal ou fiscal; a transferência para um arquivo de custódia permanente, o valor para pesquisa ou valor permanente para outros fins.

Sendo assim, esse trabalho minucioso de agregação de valor só pode ser feito por um arquivista<sup>4</sup>, até o momento não existe um software pensante, que tenha habilidade de analisar a estrutura, o contexto, o conteúdo e automaticamente agregue os valores aos documentos, cabe simplesmente ao fator humano realizar essa análise. Assim, Schellenberg (2006, p. 131) explica a esse respeito que “não há possibilidade de se inventarem técnicas que reduzam a uma operação mecânica o trabalho de decidir sobre o valor dos documentos”.

Vale resaltar também, que nenhuma atividade de atribuição de valor é totalmente passiva, pois além dos arquivistas utilizarem dos princípios de proveniência, unicidade, integridade, é preciso entender também que cada ser humano possui valores intrínsecos que influenciam na sua forma de ver o mundo. Assim, Menne-haritz (2005), menciona que a avaliação pode ser melhor entendida como um julgamento de valores inerentes – tais como o

---

<sup>4</sup> Segundo o ponto de vista Schellenberguiano. Já Jenkinson, em seu manual de 1922, pensa de maneira distinta: aos arquivistas não cabe a ação de avaliar, e sim aos produtores da documentação. Para os teóricos pós-modernistas, Schellenbergue acaba por inserir a subjetividade nos conjuntos documentais e nas práticas arquivísticas. A pergunta agora seria: passado o momento da avaliação, estamos falando de arquivos ou coleções?

valor de propriedade, bens ou outros objetivos em termos de preços ou outros critérios por uma pessoa que está autorizada o seu julgamento.

### **3. A realidade brasileira de MDA's e as consequências na gestão de documentos**

A realidade brasileira se confronta com as realidades onde surgiram os conceitos de Teoria das Três Idades e Gestão Documental, dentre outras teorias. A gênese dos problemas de aplicabilidade de tais conceitos, nessas diferentes realidades, talvez esteja na adequação das situações existentes nos países desenvolvidos aos dos países subdesenvolvidos. Adequando assim, aos fatores como os recursos econômicos disponíveis, entre outros elementos.

No Brasil, diferentemente dos EUA, a realidade de muitas instituições é de massa documental acumulada, daí passamos a nos questionar, será que essa lacuna existente entre a teoria e a prática ocorre pela falta de conhecimento dos chefes das instituições com relação da importância da gestão documental? Ou por falta de valorização do profissional? O que se sabe, é que isso tem acarretado consequências que até o presente momento não foram reparadas, repercutindo diretamente sobre o “que-fazer” do arquivista.

Mesmo diante da obrigatoriedade imposta pela Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que delega ao poder público o cuidado de realizar a gestão nos acervos documentais do governo, bem como as privadas de interesse público a realizarem o mesmo, os programas de gestão documental, ao que parece, continuam sendo negligenciados. Segundo Mariz (2011), “existem acervos sem possibilidade de acesso físico, [...] acumulados em depósitos que não oferecem condições para tal. Em outros casos, o simples fato de o acervo não estar identificado ou arranjado [...] impossibilitam o acesso”.

Isso acontece devido à falta de atenção que se dá aos arquivos dentro das instituições, mas, por qual motivo esse fato se disseminou nacionalmente? A resposta talvez não seja fácil de encontrar. O que se pode admitir são as dificuldades encontradas pelos arquivistas, que se deparam com as MDA's para organizar, e a partir daí, eles passam a desenvolver um trabalho investigativo e exaustivo para estabelecer a estrutura, o contexto e o conteúdo daquela documentação.

As dúvidas que surgem são: por que tal trabalho não é poupado? Por que as instituições não evitam protelar a organização de seus documentos, mesmo sabendo que estes são imprescindíveis para a tomada de decisão? Por que esperam instalar o “caos informativo” para

tomar a atitude de gerir suas massas documentais? Será que simplesmente evitam ter gastos? Como é possível tal raciocínio, se o gasto posterior à acumulação das MDA's são maiores?

Diante da realidade exposta, o que parece acontecer é que a ausência de gestão documental desde o surgimento das instituições acarreta em perdas de informação, que trazem dificuldades no estabelecimento do contexto e da divisão das três idades, e, por conseguinte, isso parece causar uma aproximação cada vez maior das três idades documentais.

O que se verifica é que a MDA, como consequência da falta de gestão documental desde a fundação das instituições, tem conduzido para a junção cada vez maior das três idades, que segundo COOK (2007, p. 130) evidencia: “parece que a maioria dos arquivistas está descobrindo que os limites entre documentos de valor permanente e intermediário estão diminuindo e que eles continuarão a se reduzir no futuro”. Também com a inserção dos documentos digitais em sistemas informacionais, a divisão das idades documentais se tornam cada vez menos nítidas, assim, as TIS têm sido outro motivo da junção das três idades documentais.

Assim, é muito provável que a questão de aplicabilidade das teorias se torna complexa no caso da MDA. Tal fato tem gerado uma quebra da pragmática de funcionamento da teoria das três idades. Um exemplo prático dessa realidade pode ser observado no caso de alguns acervos de arquivos judiciários brasileiros, como também em outros arquivos especializados, que por nunca terem executado processos de seleção, avaliação e eliminação desde a criação da instituição, há várias tipologias documentais que já têm seus prazos de guarda expirados há anos, acumulando assim, em seus arquivos, enormes quantidades de metros lineares de documentos. Essa situação reafirma, como citado anteriormente, a aproximação cada vez maior das idades documentais.

Essa fronteira cada vez mais tênue para delimitação das fases do ciclo vital tem se tornado invisível no caso dos acervos judiciários, podendo ser o exemplo ampliado para outras realidades. Para melhor compreensão do que aqui está sendo posto, apresentamos a situação em que uma tipologia documental considerada de caráter permanente, muitas vezes é solicitada para pesquisa. Com isso, esta é desarquivada e retorna para o cartório em que o processo pertencia originalmente, quando estava na fase corrente, para que possa ser consultado. Com isso, o documento passa da fase permanente para o corrente.

Essa exemplificação é concreta, ela existe, mas analisemos essa situação a luz das fronteiras da teoria das três idades. Inicialmente, por tal processo estar na fase permanente e ter voltado a se tornar ativo: como pode um processo na fase permanente retornar ao corrente?

Diante do exposto, se torna reforçada a ideia de Cook (2007) ao inferir que a constante aproximação que tem ocorrido entre fases documentais, mostrando assim, que não há um limite claro entre as fases documentais, principalmente no caso dos arquivos judiciários.

A partir disso, quando um arquivista se depara com a MDA, a sugestão é a de se realizar um diagnóstico, pois, por meio dele será possível fazer um levantamento dos problemas encontrados no ambiente do arquivo, entender o estado de conservação do acervo, para então se fazer o planejamento das possíveis melhorias a serem concretizadas, para daí então poder partir para a intervenção direta.

#### **4. Arquivo, tecnologia da informação e pós-custódia**

##### 4.1 A tecnologia da informação

Os primeiros computadores surgem em ambientes militares, com a finalidade de comunicação à distância, que antes era realizada através de códigos para que os inimigos não tivessem acesso. Por sua vez, Rondinelli (2005) menciona que, “após a II Guerra Mundial, a tecnologia do computador saiu dos limites do uso militar e começou uma lenta expansão pelas instituições públicas e privadas dos países do capitalismo”.

Inicialmente, a disponibilidade de utilização dos recursos tecnológicos era resumida apenas aos que tinham acesso a estas tecnologias. À medida que a tecnologia foi se aperfeiçoando, a década de 1980 trouxe duas grandes novidades: os computadores pessoais e as redes de trabalho. Com o passar do tempo, o barateamento de softwares e hardwares acabam por amplificar as possibilidades de acesso às novas tecnologias de informação, tornando possível, inclusive, a sua inserção nas instituições públicas e privadas.

Dessa forma, junto com o surgimento da TIS, nascem os documentos digitais, que passaram a ser largamente produzidos e utilizados, logo após a Segunda Guerra Mundial, pelas organizações modernas. Assim, houve a necessidade de uma reavaliação quanto à aplicabilidade das teorias e práticas arquivísticas nesse novo ambiente virtual, que passou a ter uma crescente utilização em todo o mundo.

A utilização das tecnologias nos arquivos traz consigo algumas implicações relevantes, como por exemplo: a utilização dos documentos digitais como meio de comprovação jurídica. E sucessivamente, a aplicação de teorias como o do princípio de proveniência, organicidade,

autenticidade, aplicado aos sistemas informáticos de arquivo. Neste sentido, Rondinelli (2005, p. 33) cita que:

hoje os arquivistas não têm mais dúvidas quanto ao caráter arquivístico desses materiais [...] aplicabilidade dos princípios arquivísticos aos documentos eletrônicos ainda pairam diante dos arquivistas como problemas que precisam ser solucionados.

Em razão disso, há a necessidade de adaptar o fazer arquivístico ao ambiente tecnológico que está em constante atualização, o que envolve a constante busca pela atualização por parte dos arquivistas, para que estes fiquem a par das constantes evoluções de sistemas informáticos. Esse caminho de entendimento e uso cada vez mais intensos das TIS já é de certa maneira enfatizado há tempos, onde é preciso ressaltar que “a preocupação com a formação do arquivista frente às novas tecnologias já havia se manifestado na reunião de Spoleto, em 1972, e, desde então, foi tema de vários artigos” (RONDINELLI, 2005, p. 32). Com efeito, a autora vai adiante (2005, p.32) e também aponta as consequências deste fato, afirmando que a “tecnologia da informação tem gerado um movimento de revitalização dos preceitos da arquivologia que muito tem contribuído para a dinamização do processo de construção dos estatutos epistemológicos dessa área do conhecimento”.

Em meio à facilidade de acesso proferido pelo amparo do uso da TIS, surge um outro problema em paralelo, ou seja, o impasse quanto à usabilidade nos arquivos, envolvendo justamente a questão da preservação das informações no meio tecnológico, que, por sua vez, tornam ainda mais alto o preço das manutenções dos arquivos digitais.

É justamente neste ponto que surge a arquivística pós-custodial, amparada por uma discussão acerca da inserção das Tecnologias da Informação nos arquivos. Esse desafio impostos por esta nova perspectiva de gestão acaba por acarretar em várias mudanças e consequências que serão discutidas no decorrer do trabalho. Para tanto, nesse contexto da pós-custodia Fonseca (2005, p. 60) aponta que:

a abordagem identificada como ‘arquivologia pós-moderna’ ou ‘arquivologia pós-custodial’ surge no Canadá no início da década de 1990. Seus principais pressupostos remetem, naturalmente, aos princípios identificados como os preceitos do pensamento pós-moderno.

Á revelia dos conceitos arquivísticos que amparam documentos físicos tradicionais, vemos a intensificação da substituição de substituição do uso do documento no formato

convencional para os digitais que passam a ser produzidos nas instituições, e conseqüentemente a mudança dos suportes em papel para os metadados (dados sobre dados). Diante dessa realidade, é possível perceber que:

no mundo do trabalho, por exemplo, os profissionais da informação foram profundamente atingidos e, entre eles, os arquivistas. Tal afirmação se fundamenta no fato de que o avanço tecnológico mudou radicalmente os mecanismos de registro e de comunicação da informação nas instituições e, conseqüentemente, seus arquivos também mudaram (RONDINELLI, 2005, p. 23).

Com isso, o arquivista deixa de se apegar, literalmente, com a única ideia dos registros físicos, e como consequência dessa realidade, há uma modernização do conceito de documento, que no caso deixa de ser somente o físico para englobar os documentos digitais em *bits*. Desta maneira, também ocorre a mudança de lugar de informação que antes eram apenas os arquivos, mas que com a influência da tecnologia, podem agora estar em sistemas informatizados ou na própria rede *online*, *Internet*. Dessa maneira, surge a ideia do “não lugar”, tão enfatizada por Fonseca e Jardim (2004), ou seja, a necessidade do tratamento da informação em formato de *bits*, que passam a alimentar os sistemas informacionais das instituições.

A literatura arquivística apresenta que de início o uso da informática nos arquivos foi visto com estranheza e “maus olhos” pelos profissionais. No entanto, com o passar do tempo, este mesmo profissional observou a necessidade de se adaptar à evolução das tecnologias, uma vez que a resistência implicaria em desvantagem competitiva no mercado de trabalho. Este movimento é acompanhado pela mudança e readaptação de sua formação acadêmica, passando esta a incluir disciplinas voltadas para a informática e TI. Com essa junção, o arquivista passa a ser um profissional com habilidades básicas e noções da área de informática para poder atuar melhor em seu exercício.

Portanto, descarta-se a ideia de que esse profissional deve ser competente não apenas na sua área específica, mais deve passar a deter conhecimento de várias áreas afins, passando a ser um profissional multidisciplinar, uma vez que o mercado bem como a própria profissão vem exigir que estes também contemplem competências, em especial na área de informática.

Com efeito, as utilizações das teorias arquivísticas passam a serem utilizadas nos sistemas informacionais. No entanto, nestes sistemas, concomitante ao instante de criação tem a tramitação e o arquivamento. Isso nos faz questionar a respeito da flexibilidade da teoria das três idades e da gestão documental, aplicada ao meio virtual, daí surge à questão: será essa flexibilidade não torna frágil o documento digital?

Essa fragilidade se dá não apenas pelo fato de ser digital, visto que só pode ser legível ao homem por meio da transcrição que a máquina realiza, essa fragilidade se dá principalmente, pelos altos custos de manutenção e pela fragilidade dos hardwares que, por exemplo, diante de uma pane na energia pode chegar a perder milhões de dados informacionais que estão sendo produzidos naquele momento em toda a organização. Com essa ideia, Silva (2008) menciona que a:

fragilidade da tecnologia / digital [...] não é algo exatamente novo e que os desafios são inteiramente novos [...]. Isto é toda nova tecnologia tem aspectos frágeis exatamente por ser nova [...] por ser baseada em código matemático preciso, ou funciona perfeitamente ou não funciona de jeito nenhum.

Assim, como meio de se evitar a perda de informações de documentos digitais inseridos em sistemas informatizados utiliza-se o chamado *workflow*, que envolve o controle do trâmite eletrônico do documento digital, a fim de evitar alterações que podem acarretar na perda da autenticidade e fidedignidade desses registros orgânicos.

Geralmente o que ocorre quando algumas empresas buscam comprar sistemas informacionais a fim de implantá-lo é que as mesmas não buscam de modo adequado, ou não conversam antes de comprar o software com o profissional de TI, para que o software atenda as necessidades principais da empresa. Já outros, buscam digitalizar a massa documental da empresa sem uma organização prévia, com isso contratam apenas uma equipe de digitalização que não se preocupa com elementos fundamentais, como os princípios arquivísticos e os metadados de preservação e acesso, para que esse sistema digital continue fluindo naturalmente. Será isso desconhecimento? Ou será isso apenas interesse em digitalizar para seguir a atual moda do mercado de digitalização? Sobre isso, é preciso entender que:

a preservação contínua e a longo prazo [...] entende-se o conjunto de ações implementadas para garantir durabilidade e permanência aos suportes que contêm a informação [...]. A preservação é caracterizada por ser uma intervenção abrangente e que requer continuidade no tempo [...]. A preservação contínua e a longo prazo precisa acontecer no momento da produção da informação e acompanhá-lo ao longo de todo o seu percurso funcional, de trâmite e de utilização (SILVA, 2008, p. 85-86).

Dessa forma, os sistemas informáticos também podem servir para o bloqueio do acesso aos documentos digitais para pessoas dentro da empresa que não são autorizados a acessá-los. Tais elementos torna evidente à importância desse método como meio de controle dos documentos digitais inseridos nos sistemas informáticos.

Para que os documentos informatizados sejam acessados, assim como os tradicionais em papel, também é necessário a implementação de uma política de gestão documental, pois sem ele haverá simplesmente a transferência da MDA do ambiente físico transformada em MDA de bits. Se no ambiente físico a MDA já acarreta em grandes consequências na questão da recuperação da informação, imaginemos essa bagunça informacional no ambiente digital? A preocupação com a MDA virtual tem sido uma preocupação atual, visto que a falta de organização dos acervos, agora estão sendo transferidos para o ambiente tecnológico, devido ao modismo expresso pela digitalização.

A rápida busca das instituições, principalmente privadas, em realizar a digitalização de sua documentação se dá devido à ideia de que, “acervo digitalizado significa transparência”. Sabemos que essa ideia é puro engano, pois a bagunça convencional pode tranquilamente ser transferida para o meio informático e gerar uma nova bagunça em *bits*.

Dessa forma, as empresas entendem equivocadamente que a digitalização traz como consequência natural a transparência da instituição, e que isso pode fazer um diferencial no mercado competitivo, quando na realidade estão tendo um gasto desnecessário, pois os investimentos deveriam ser aplicados primeiramente na organização da MDA, para depois se investir em digitalização da documentação para serem inseridos em um sistema informacional. Após essa sequência de providências que as organizações poderão garantir a transparência de suas atividades institucionais.

## 5. Considerações finais

Diante desse contexto, é perceptível uma valorização em inclusão da TI nas instituições, e como consequência nos arquivos, apesar de que em alguns casos essa tecnologia pode não ser utilizada adequadamente, isso apenas vai gerar gastos e não trará um retorno satisfatório.

Isso se dá porque não há como escapar, é imprescindível a organização das massas documentais, ou seja, é necessário seguir uma sequência lógica de inicialmente organizar o meio físico, para em seguida passar as informações para o meio tecnológico, transformando assim o acervo, ou seja, os documentos convencionais tratados e organizados em *bits*, isso evitará que se instale a chamada “bagunça digital”.

Isso é necessário, visto que a organização das informações no meio digital reflete a realidade dos documentos físicos, e a quebra dessa sequência mencionada pode trazer inúmeras consequências, que talvez não sejam sentidas hoje ou de imediato, mas que, no entanto, mais

cedo ou mais tarde elas virão, e poderão acarretar na perda de muitas informações valiosas para a instituição.

Diante desta situação real de MDA em instituições brasileiras, o uso das TIS se torna inviável e, por sua vez, a aplicabilidade dos princípios arquivísticos ao meio tecnológico também precisa ser mais bem trabalhado na área. A aplicabilidade é uma questão extensa que se dá em vários assuntos, no que tange a Arquivologia. Ela também se dá, na questão da Legislação, visto que elas refletem uns padrões irreais, ou seja, apesar dos padrões orientados pela legislação referentes ao arquivo, a situação de MDA continua a mesma, com apenas singelas melhoras, comprovando assim, que ainda há inúmeras facetas da Arquivologia que irão se desenvolver no sentido de atrelar a realidade, as teorias e a sua aplicação na prática.

### ABSTRACT

#### **THE THEORY AND THE PRAXI IN THE THREE AGES DOCUMENTARY IN THE MASSES DOCUMENTARY ACCUMULATED IN BRASILIAN ARCHIVES.**

***ABSTRACT:** This paper arises from the need of explanation about the issues of functionality of the theory of the life cycle of documents and the context of the Brazilian archives. Initially, we intend to point out the historical context of the theory of the three ages and their conceptual developments. Therefore, we consider the split occurred among professionals working in distinct phases documentary , as evidenced by the nomenclatures used in these, "records management" for professionals in the current file and "archive" for the permanent file, as due to the applicability of the concept of Document Management (DG) in the United States of America (U.S.) after World War II. Based on this assumption, we want to point out the problems involved in the applicability of the linearity of the files organizational training in three distinct phases documentary, spanning the idea that the historical reality of the Brazilian archives is the mass of documents accumulated (MDA). Finally, we present a discussion about the meaning of the concept of post-custodial Archivist, a new perspective as an intermediary between users and archival services, as well as an attempt to recognize the need for integration of the three ages documentary, due to the intensification the use of Information Technology (IT) in fact the files.*

***KEY WORDS:** Theory of three ages, Document Management, Archival post-custodial.*

## 6. Referências

**BRASIL.** Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=100&sid=52>>. Acesso em: 29 jul. 2012.

COOK, Michel. Desenvolvimentos na Descrição Arquivística: Algumas sugestões para o futuro. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.20, nº1-2, p. 125-132, jan/dez, 2007.

FONSECA, Maria Odila; JARDIM, José Maria. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. **DataGramaZero** – Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.5, n.5. Disponível em <[http://www.dgzero.org/Out04/Art\\_04.htm](http://www.dgzero.org/Out04/Art_04.htm)>. Acesso em 20/01/08.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

MARIZ, Anna Carla Almeida. Arquivos públicos brasileiros: análise da evolução da transferência da informação arquivística na internet. **Encontros Bibli**, Florianópolis, vol. 16, 2011, p. 106-125.

MENNE-HARITZ, Angelika. Avaliação ou documentação: podemos avaliar arquivos através da seleção de conteúdos. Tradução de Pedro Condoleo de Queiroz. **Registro**: Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba, São Paulo, v.4, n 4, p. 19-34, jul. 2005.

MORENO, Nádina Aparecida. GESTÃO DOCUMENTAL OU GESTÃO DE DOCUMENTOS: trajetória histórica. In: BARTALO, L. (Org.). **Gestão em Arquivologia: Abordagens múltiplas**. Londrina: EDUEL, 2008. p. 71-88.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ROUSSEAU, Jean-Yves, COUTURE, Carol. **Os Fundamentos da Disciplina Arquivística**. Trad. Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. **A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil**. Rio de Janeiro: AAB-FAPERJ, 2008.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. A classificação como função matricial do que-fazer arquivístico. In: SANTOS, Vanderlei Batista dos. (Org.). **Arquivísticas: temas contemporâneos**. 2 ed. Distrito Federal: SENAC, 2008.